



**(DES)CAMINHOS E ENCRUZILHADAS DAS MULHERES NA OUTRA ECONOMIA:
UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO RURAL PASTORINHAS**

*DETOURS AND CROSSROADS OF WOMEN IN ANOTHER ECONOMY:
A CASE STUDY AT RURAL SETTLEMENT PASTORINHAS*

DECAMINHOS Y ENCRUCIJADA DE LAS MUJERES EN LA OTRA ECONOMÍA:
UN ESTUDIO DE CASO EN ASENTAMIENTO RURAL PASTORINHAS

Fernanda de Lazari Cardoso Mundim
fernandadelazari@yahoo.com.br
UFMG

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
teodosio@pobox.com
PUC Minas

(DES)CAMINHOS E ENCRUZILHADAS DAS MULHERES NA OUTRA ECONOMIA: UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO RURAL PASTORINHAS

Resumo

Como forma de superação e enfrentamento aos vários problemas econômicos e sociais gerados pelo capitalismo, apresenta-se a Economia Popular Solidária (EPS), também chamada de a "outra economia", um espaço que pretende ser plural e democrático na construção de relações sociais, políticas e econômicas. Essa "outra economia" procura reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, sendo esse trabalho realizado de forma emancipadora e autogestionária. Pretende-se discutir os limites e possibilidades dessa outra economia no processo de emancipação da mulher, por meio da EPS, a partir de um estudo de caso no Assentamento Rural das Pastorinhas, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes deste empreendimento, localizado na cidade de Brumadinho/MG. A escolha dessa experiência se deu em função de ser um local no qual as mulheres apresentam relevante presença e centralidade na organização política e produtiva da comunidade assentada. Mesmo com o desafio do trabalho coletivo, entende-se que essa "outra economia" poderá, por meio de iniciativas econômicas solidárias, atuar positivamente nos processos de emancipação do indivíduo, permitindo a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essas pessoas na sociedade.

Palavras-chave

Gênero. Estudos sobre a Mulher. Emancipação. Economia Popular Solidária. Assentamento Rural.

Abstract

As a way of coping and overcoming the various economic and social problems generated by capitalism, shows the Popular Solidarity Economy (EPS), also called the "alternative economy", a space that is intended to be plural and democratic construction of social relations, political and economic. This "other economy" seeks to reaffirm the importance of work for individuals and for society, and this work so liberating and self-management. It is intended to discuss the limits and possibilities of the other economy in the process of emancipation of women through the EPS from a case study in the Rural Settlement pastorinhas, using semi-structured in-depth with different participants in this project, located in the city of Brumadinho - MG (Brazil). The choice of this experiment was due to be a place where women have significant presence and centrality in the political and productive community based. Despite the challenge of collective work, it is understood that this "other economy" may, through solidarity economy initiatives, act positively in the process of emancipation of the individual, allowing the (re) signification of the work and the place occupied by these people in society.

Keywords

Gender. Women's Studies. Emancipation. Solidarity Economy People. Rural Settlement.

Resumen

Como una forma de enfrentar y superar los diversos problemas económicos y sociales generados por el capitalismo, se presenta la Economía Popular Solidaria (EPS), también llamada la "otra economía", un espacio que quiere ser plural y la construcción democrática de las relaciones sociales, políticas y económicas. Esta "otra economía" se busca reafirmar la importancia del trabajo para los individuos, libertador y autogestionado. Es la intención discutir los límites y posibilidades de la economía de esa "otra economía" en el proceso de emancipación de la mujer, a través de la EP, en un estudio de caso en lo asentamiento rural Pastorinhas. A través de entrevistas semiestructuradas en profundidad con los distintos participantes en este proyecto ubicado en la ciudad de Brumadinho - MG (Brasil). La selección de este experimento iba a ser un lugar donde las mujeres tienen una presencia significativa y la centralidad de la comunidad política y productiva basada. Incluso el desafío de un trabajo colectivo, se entiende que este "otra economía" puede, a través de iniciativas de economía solidaria, actuar positivamente en el proceso de emancipación del individuo, lo que lo permite la (re)significación del trabajo y del lugar ocupado por estas personas en la sociedad.

Palabras-clave

Género. Estudios sobre la Mujer. La emancipación. Economía Popular Solidaria. Asentamiento Rural.

Introdução

Ao mesmo tempo em que se somam na realidade contemporânea dinâmicas de exclusão econômica, social e política, atreladas ao funcionamento dos processos capitalistas de produção e consumo, observa-se uma proliferação de iniciativas que procuram fazer frente às estruturas, valores e pressupostos fundantes da economia tradicional. Campo de rico debate acadêmico e também entre os envolvidos na operacionalização de intervenções socioeconômicas, a Economia Popular Solidária (EPS) abriga muitas das utopias hodiernas em busca de igualdade, participação econômica e política e cidadania, enfim, de uma “outra economia”.

Entre as lutas que se desenvolvem no campo da EPS, não apenas as questões tradicionalmente associadas ao papel dos trabalhadores no modo de produção, à organização política das comunidades e a equidade social se fazem presentes. Nos projetos idealizados e que envolvem diferentes grupos sociais, encontram-se também lutas e esperanças depositadas no campo do respeito às culturas locais, na sustentabilidade ambiental, no combate ao preconceito racial e/ou étnico e, também e com destaque, as questões de gênero.

Para Nogueira (2004), muitas vezes, as mulheres no mundo do trabalho ocupam espaços nas modalidades exploradoras de trabalho, como os estratos assalariados industriais e de serviços, trabalhos informalizados, regime do trabalho *part-time*, temporários, preservando o abismo existente, dentro da classe trabalhadora, entre o contingente masculino e feminino. Diante disso, vê-se na formação de empreendimentos de caráter solidário uma forma de valorizar o trabalho feminino e as relações democráticas, pois esses empreendimentos assentam-se em ideais de ajuda mútua e autossustentabilidade. Além disso, possuem a finalidade de gerar renda, criar espaços de convivência para a troca de experiência e o compartilhamento de crenças e valores, resgatar a auto-estima e promover a participação e integração de grupos de pessoas com interesse comum.

Como forma de superação do capitalismo e enfrentamento aos vários problemas econômicos e sociais no mundo, surgiria uma “outra economia”, abordada por vários autores, tornando-se plural. Esta “outra economia” procuraria reafirmar a importância do trabalho para os indivíduos e para a sociedade, sendo esse trabalho realizado de forma emancipadora e autogestionária, ou seja, seria uma alternativa ao trabalho repetitivo, sem sentido, explorador. Seria o grande desafio de reforçar as lutas sociais em curso no capitalismo avançado.

A ideia de se trabalhar com este tema se deve à sua relevância e a pouca literatura disponível na área. A EPS se apresenta como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que possui como um dos seus princípios a solidariedade e cooperação entre seus membros. Falar de Economia Popular Solidária implica em se ressignificar a própria economia no sentido de recuperar sua dimensão ética e entender o lugar do econômico como um novo lugar no processo de transformação social como exercício político. É a partir dessa realidade que se procura problematizar e discutir a inserção feminina em assentamentos rurais, como forma de se analisar os dramas e tramas que se enunciam à condição das mulheres quando se põem em busca da emancipação.

Enquanto um campo em desenvolvimento, a EPS, além de estar ligada à construção de uma sociedade mais democrática e justa, poderia defender uma concepção de trabalho que potencializasse as capacidades dos indivíduos como seres conscientes, livres e socialmente inseridos em dinâmicas de vida coletiva e solidária. Além disso, a EPS vem se mostrando como

um meio importante para o processo de sociabilidade, no sentido de criar um espaço para de interação democrática e eqüitativa, marcada pelo diálogo e pelos processos emancipatórios e criativos.

O presente artigo busca materializar essa discussão a partir da análise de um assentamento rural, denominado de Pastorinhas, na cidade de Brumadinho, Minas Gerais (Brasil). A escolha por trabalhar no Assentamento Pastorinhas se deu em função de ser um local em que as mulheres possuem uma forte presença, evidenciada pelo próprio nome do assentamento.

Neste trabalho, buscar-se-á analisar as possibilidades e limitações da Economia Popular Solidária no processo de emancipação da mulher no Assentamento Pastorinhas, de forma a contribuir para a construção de propostas que permitam o avanço dessa dinâmica em experiências associativas. A EPS, vista como uma possibilidade concreta de transformação das relações sociais pode ser uma alternativa encontrada para o processo de emancipação do sujeito, de geração de trabalho e renda e inclusão política e social.

A presente pesquisa se constitui em um estudo de caso, e usa como recursos instrumentos qualitativos de coleta e análise dos dados. Para se compreender em profundidade a condição das mulheres no Assentamento Pastorinhas, unidade de recorte do caso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes desse empreendimento, tanto aquelas e aqueles em posições de “liderança comunitária”, quanto os pertencentes às famílias assentadas. Além disso, foram realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto nos locais onde são comercializados os produtos do Pastorinhas, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano, verificando a articulação social, a organização produtiva e o relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas.

Serão abordados e discutidos no presente artigo os seguintes tópicos: a) a Economia Popular Solidária como uma forma alternativa de organização econômica; b) a emancipação feminina na dinâmica da Economia Popular Solidária; c) a descrição da pesquisa no Assentamento Pastorinhas e; d) como ocorrem as relações de gênero nas dinâmicas associativas solidárias.

Economia Popular Solidária: uma forma alternativa de organização econômica

Para Dallari (1991), a EPS se constitui em um processo de construção das atividades econômicas de forma horizontalizada, passando pela organização coletiva e respeitando os princípios da cooperação, configurando-se não somente como um novo espaço de geração de renda, mas como um novo modelo de sociedade, na qual a participação de todos é elemento fundamental.

A atividade produtiva capitalista – aliada às crenças modernas de superioridade do conhecimento científico, na lógica da produtividade e do lucro, na separação homem-natureza e no individualismo – tem ocasionado a produção sistemática de desigualdades de recursos e de poder, a exploração desenfreada da natureza, a degradação ambiental, a marginalização de milhares de indivíduos, a predominância de formas de sociabilidade empobrecidas baseadas no benefício pessoal e ao desprezo por outras culturas e saberes. Igualmente, no sistema capitalista, as relações de gênero são sustentadas pela divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho masculino mais valorizado que o feminino. Os homens são responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares) enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública,

cabendo a elas as atribuições da reprodução e de um trabalho caracterizado como de “ajuda à família” (BERNADI; ANGELIN, 2007).

No sistema capitalista, as relações de trabalho são hierarquizadas, havendo uma divisão social e sexual do trabalho ocasionada pelas construções sociais e econômicas. O trabalho das mulheres é menos valorizado que o dos homens, ou seja, as relações de gênero se sustentam por essa rígida divisão do trabalho. Além disso, o setor de serviços, no mundo contemporâneo, é um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina, sendo possível afirmar que as atribuições mais precárias estão reservadas para as mulheres no mundo do trabalho, reafirmando a teoria de que o trabalho feminino tem menos valor que o masculino.

Em contraste com esse individualismo competitivo, surge, na década de 80, a chamada Nova Sociologia Econômica (NSE), que procura proporcionar um “outro olhar” sobre a economia, ou seja, um olhar em que o social não está separado do econômico. A NSE faz críticas à concepção de economia pelos neoclássicos, mostrando o mercado como uma forma institucional, organizacional e como construção social, ou seja, a economia também é social (LÉVESQUE, 2007).

Para Lévesque (2007), a NSE busca dar conta da economia como totalidade, participando de um novo paradigma, principalmente no que diz respeito ao lugar dos atores na mudança social, à fronteira entre ciência e valor, às relações entre o que se designa geralmente como economia e como social, bem como às regulações correspondentes.

Ao se pensar em uma economia socialmente responsável, a Economia Social, neste contexto, surge como uma das correntes da NSE. A Economia Social não é recente, seus preceitos surgiram no século XIX, por meio de organizações que não pertenciam ao mundo capitalista e a esfera pública. As cooperativas, as mutualidades e as associações tornavam o vínculo social voluntário em recurso econômico, ou seja, era levado à prática de ajuda mútua e auto-organização.

Pode-se dizer que a Economia Social se define por estar entre o Estado e o mercado, isto é, busca efetivar ações que o Estado não consegue resolver e que a economia privada não resolve por não enxergar lucro em suas ações. Para Nunes et al. (2001), a Economia Social recobre duas realidades que se interligam: uma forma alternativa de estar na economia (nem pública, nem privada capitalista) e o trabalho social ou assistencial sobre as camadas da população em processo de exclusão.

Em alguns países, como a França, não pode se falar em Economia Social sem se falar em Economia Popular Solidária (EPS), pois, mesmo sendo distintas, são herdeiras de uma tradição histórica comum, relacionada ao movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa, pautado na resistência popular, fazendo surgir experiências solidárias influenciadas pelas ideias de ajuda mútua (o mutualismo), cooperação e associação.

De acordo com Laville (2008), a Economia Social e a Economia Popular Solidária são duas concepções distintas da ação, cuja complementaridade ainda está por ser construída, a fim de se chegar a uma Economia Social e Solidária que se apresenta como uma na sua diversidade.

A EPS surge como uma nova forma de organização econômica, que se baseia no trabalho coletivo, na igualdade entre seus participantes, na divisão do poder de decisão e pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos

chaves neste movimento econômico. A EPS se orienta por princípios opostos ao capitalismo: em vez de concorrência, cooperação; em vez de exclusão social, integração; em vez de exploração da força de trabalho, trabalho livre, cooperativo e em benefício de todos. O conceito de EPS traduz um espaço sócio-educacional em construção, uma nova forma de sociabilidade caracterizada por vínculo de sentido moral e de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns. As iniciativas de caráter associativo podem ser facilitadores de processos de inclusão e emancipação social de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica, assim como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, pois se assentam na horizontalidade, autonomia, cooperação, auto-gestão e ajuda mútua.

A condição feminina na dinâmica da economia popular solidária

Entende-se que a EPS, por meio do cooperativismo/associativismo, pode atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, pois possibilita não apenas a inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, mas, acima de tudo, permite a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essa mulher na sociedade, abrindo espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias.

Para Nobre (2003), sob a ótica das relações de gênero e emancipação feminina, a EPS pode contribuir de várias formas, dentre elas para aliviar o cotidiano das mulheres, pois estas partilham o peso de suas “obrigações”, o que contribui para uma melhor articulação entre a vida familiar e profissional; para que, no contexto de trabalho solidário, as mulheres possam contar com espaços de discussão que privilegiem a expressão de reivindicações e pressionem efetivamente as autoridades públicas a construírem políticas públicas de gênero, ajudando, assim, no desenvolvimento da capacidade da mulher contribuir para as mudanças sociais e institucionais mais favoráveis para elas; e para viabilizar o acesso ao crédito e proporcionar a emancipação financeira da mulher.

As novas abordagens que vêm sendo desenvolvidas a partir das indagações feministas têm dado visibilidade à presença das mulheres com agentes integrados aos processos sociais. Historicamente, a construção da identidade de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada. Alguns dados levantados nas investigações sobre a experiência concreta da mulher em sociedade evidenciam que as atividades femininas têm se desenvolvido também em espaços políticos ou públicos, até então preenchidos pelos homens, indo contra as ideias das décadas de 50 e 60, que reforçavam o consenso de que a mulher pertencia ao domínio familiar e privado (BRITO, 2001).

O movimento feminista se expande na década de 70 para o Brasil, defendendo, além da emancipação, a libertação da mulher, ou seja, a afirmação da mulher como indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude. A emancipação da mulher implica em mudanças profundas nas estruturas sociais, resultando na inclusão e modificação de costumes, leis, formas de relação, direitos e deveres.

Para Nogueira (2004), no processo de avanço da emancipação feminina, a feminização do mundo trabalho é positiva, uma vez que busca minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas é também marcada por forte negatividade, pois vem agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. Isto é: por um lado, o ingresso da mulher no mundo do trabalho é um avanço no seu processo emancipatório, ainda que este seja limitado e parcial; por outro, este avanço encontra-se hoje fortemente comprometido, na medida em que o capital vem incorporando cada vez mais o trabalho feminino, especialmente

nos estratos assalariados industriais e de serviços, de modo crescentemente precarizado e informalizado. Assim, o processo de feminização do trabalho tem um claro sentido contraditório, marcado pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho.

Pode-se dizer que o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, porque necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher (NOGUEIRA, 2004). Diante disso, entende-se que as iniciativas de caráter associativo podem ser facilitadores de processos de inclusão e emancipação social de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica, assim como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, pois se assentam na horizontalidade, autonomia, cooperação, auto-gestão e ajuda mútua.

Assentamento Rural Pastorinhas: uma história de “grandes” mulheres

A metodologia utilizada neste estudo constituiu-se de uma pesquisa qualitativa que, para Terence e Escrivão Filho (2006), não se restringe à adoção de uma teoria, de um paradigma ou método, mas permite adotar uma multiplicidade de procedimentos, técnicas e pressupostos. É uma pesquisa que busca compreender o comportamento humano, recorrendo à observação empírica por considerar que é em função de instâncias concretas do comportamento que se pode refletir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana.

Realizou-se um estudo de caso do Assentamento Pastorinhas, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas em profundidade com diferentes participantes deste empreendimento, tanto aqueles em posições de “liderança comunitária” quanto os pertencentes a famílias assentadas. Entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010, foram realizadas visitas de campo, tanto no assentamento quanto em alguns dos locais onde são comercializados produtos gerados na região do Assentamento, sendo possível observar e interagir com os indivíduos em seu cotidiano de convivência, articulação social, organização produtiva e relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas. Os dados foram analisados de forma a significar e problematizar discursos e práticas de mulheres e homens que vivem no assentamento e avançar na compreensão das intrincadas relações de gênero que se estabelecem nessa realidade.

O estudo de caso, apesar de ser um método qualitativo de pesquisa, permite a utilização de várias técnicas de coleta de dados, podendo ser elas quantitativas ou qualitativas, procurando conhecer o objeto em sua totalidade. Martins (2006) e Yin (2001) caracterizam o estudo de caso como um tipo de pesquisa científica na qual o pesquisador está interessado em aproveitar o conhecimento de determinada situação – um caso- para levantar o problema e desenvolver a pesquisa. Ou seja, deve ser uma estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, nos quais não se podem manipular os comportamentos relevantes, e as formas das questões de pesquisa são “como” e “por quê”, podendo ser sobreposto a forma “o quê” quando se trata de um estudo exploratório que tem como objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições adicionais à pesquisa.

Buscando entender uma situação em sua totalidade, o método do estudo de caso, com frequência, se vale de diferentes técnicas de coleta de dados, como entrevistas, aplicação de questionários, análise documental e mesmo pesquisas do tipo etnográfico e observação

participante. No entanto, é importante fazer a distinção entre estudo de caso e as técnicas específicas de pesquisa que por acaso o acompanhem. A ausência desta distinção aparece como principal fonte dos equívocos em torno do estudo de caso (GOODE; HATT, 1979 apud TEODÓSIO, 2000).

Entende-se que as entrevistas semi-estruturadas possibilitam flexibilidade na exploração das questões, ou seja, o entrevistador não fica preso a roteiros, podendo aprofundar em questões que considere importantes. No caso do Pastorinhas, as entrevistas semi-estruturadas permitiram a compreensão da pesquisadora sobre a realidade do assentamento sob perspectivas distintas. Entretanto, para que os resultados fossem favoráveis, houve a realização de um pré-teste, de modo que, dentre outros aspectos, o roteiro fosse ajustado à linguagem utilizada.

Além disso, trabalhou-se com temáticas chaves, tais como o processo de geração de renda do assentamento, o trabalho coletivo, os processos de governança, competição e cooperação entre os assentados (isto é, as relações de poder no assentamento), as relações de pertencimento à terra, a presença de lideranças e a participação das pessoas do assentamento, principalmente das mulheres, dentre outras temáticas relevantes.

Foram necessárias várias visitas ao assentamento e aos locais de comercialização da produção do assentamento com a finalidade de buscar maior aproximação com os assentados, observando e interagindo com o cotidiano deles, de forma a se compreender os processos de articulação social, organização produtiva e relacionamento com realidades e atores externos à localidade do Pastorinhas. Utilizou-se um roteiro temático que guiou as entrevistas semi-estruturadas. Com o consentimento dos entrevistados, foram feitas gravações. O fato de 63% das entrevistas, aproximadamente, terem sido realizadas junto às mulheres deve-se à dificuldade dos homens de serem entrevistados. A maioria deles, quando abordados, afirmavam que tinham compromisso naquele momento, solicitando que a entrevistadora procurasse as mulheres.

Realizou-se uma análise das entrevistas realizadas, sendo possível uma aproximação com o mundo do assentamento. Observaram-se pontos obscuros, repetições, contradições, situações de risos, engasgos, mudanças de assunto, mudanças de tom de voz, silêncios e pausas, ou seja, momentos importantes nestas entrevistas que mereceram maior atenção ao serem analisados. A partir da leitura de todas as entrevistas, organizaram-se as informações de acordo com alguns elementos, tais como: perfil dos entrevistados, trajetória de vida, vida familiar e privada, representação das mulheres junto aos atores externos, relação com parceiros, relação com o MST, organização comunitária, organização do trabalho, presença feminina na direção e organização dos grupos produtivos, relação com o mercado.

Uma limitação percebida em relação à pesquisa proposta, é que, por não ser uma pesquisa generalizável, nem sempre se encaixa em situações diversas ou serve de parâmetro para contextos semelhantes. Embora o Pastorinhas seja um assentamento rural com aspectos em comum a outros assentamentos, existem aspectos muito peculiares nesse território e coletividade, seja em relação à atuação da mulher, seja em relação às práticas da EPS.

A escolha por trabalhar no Assentamento Pastorinhas deu-se em função de ser um assentamento em que as mulheres possuem uma significativa presença. As tarefas são divididas entre os assentados e o trabalho coletivo, é realizado, muitas vezes, sob a liderança das mulheres. O nome Assentamento “Pastorinhas” é uma homenagem às mulheres que

dedicaram anos de suas vidas no movimento de luta pela terra. Além disso, é um assentamento que existe há oito anos e é marcado por uma grande diversidade cultural, visto que se constitui de uma comunidade de 20 famílias, vindas de 12 municípios e de quatro estados diferentes. Segundo a fala de uma das assentadas “Realmente o assentamento é das mulheres, aqui as mulheres estão na frente em tudo. A gente fala que o assentamento é das mulheres”. Diz outra assentada: “Não tem nada de divisão entre o homem e mulher. Aqui em casa quando tô muito apertada ele faz. Na horta ele ajuda na capina”; “As mulheres aí fazem de tudo, serviço de homem e de muié. Faz é tudo”. Uma terceira assentada complementa:

Não tem diferença entre mulheres e homens. É tudo igual. Se não os homens vão falar que trabalha mais. Lá em casa é assim, às vezes eu to apertada e falo para ele varrer uma casa, um terreiro e ele ajuda. Ele é pedreiro e trabalha fora do assentamento, fica cansado mais ajuda. (entrevista 2)

Inicialmente, eram 120 famílias, sendo a maioria dos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Paraná, que vieram para a região de Brumadinho, em Minas Gerais, por ser uma região considerada “cinturão verde” (conjunto de pequenas propriedades dedicadas ao hortifruti, folhosas e legumes). Ao chegarem à região, se depararam com uma realidade diferente, tendo que se submeter ao emprego informal, fazendo “bicos”. Diante da necessidade de sobrevivência, em 2001, ocuparam uma área de 156 hectares de terra, que estava improdutiva, pertencente ao condomínio da Família Menezes. Devido à Medida Provisória 2183/01, do Governo de Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo Governo Lula, eles não conseguiram permanecer de maneira efetiva na fazenda, pois esta Medida proíbe, por um período de dois anos, a realização de vistorias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em terras invadidas. A mesma medida provisória estabelece que pessoas participantes de invasões sejam excluídas do processo de reforma agrária. Portanto, foram 03 anos sofrendo pressões de algumas pessoas da região, morando debaixo de lonas, sem infra-estrutura adequada, sendo despejados por duas vezes. Das 120 famílias iniciais, apenas 20 não desistiram. Dessas famílias que persistiram, as mulheres possuem um papel primordial, pois lutaram ao lado dos maridos para conseguirem ser assentados. Diz uma assentada: “(...) as mulheres são o bicho mais forte e resistente que existe”.

Em 2003, cansados de esperar que o INCRA vistoriasse a fazenda e a desapropriasse ou a comprasse, e com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam definitivamente a fazenda, mas somente em 2006 receberam a posse. Cabe ressaltar o Assentamento Pastorinhas não é filiado ao MST, mas sempre recebeu apoio do movimento, assim como do movimento sindical, que apoiou a primeira ocupação no assentamento, em 2001. Outros parceiros importantes do assentamento são a ONG Cáritas, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, os colégios Marista e Balão Vermelho. A seguir, a colocação de um assentado sobre o MST:

(...) mas quando eu cheguei, as famílias já tinham três anos que tavam lutando e com isso e elas conseguiram essa autonomia de grupo, conseguiram caminhar independente dele. Então chegou um tempo agente pensou: por que não termos uma relação amistosa, mas sendo autônomos? Se consegue caminhar melhor ou, se consegue ser uma experiência nova, qual seria a diferença pra gente poder até comparar entre os assentamentos do MST e o nosso, pra o que que se difere nisso tudo?. E aqui a maioria das famílias tem essa questão de seguir autônomo mesmo. Tem essa relação de amizade, mas que não se vincule ao MST. (Entrevista 1).

Dos 156 hectares de terra, apenas 14 são agricultáveis e, mesmo com a falta de infra-estrutura adequada, os ocupantes plantam 13 tipos de legumes e folhas, frutas e criam animais de pequeno porte, além de produzirem doces, bolos e biscoitos caseiros, tudo comercializado de maneira informal em feiras da região. Apesar da produção ser vendida diretamente aos consumidores, segundo os assentados, um grande problema enfrentado é em relação à falta de recursos e financiamento, assim como a presença de alguns atravessadores da própria comunidade, o que faz com que muitos trabalhadores desistam. Mesmo diante de toda dificuldade enfrentada, eles buscam construir, por meio da agroecologia, uma alternativa para se viver bem e produzir alimentos de qualidade.

É utilizada a adubação orgânica e a agroecológica e segue-se um dos princípios da Economia Solidária que, para Pinto (2007), é o respeito ao meio ambiente, por meio de uma utilização consciente e responsável dos recursos naturais. Embora não utilizem a Associação existente no assentamento para comercializar os produtos, os assentados são organizados e sabem da importância dessa consciência ecológica para a agricultura e para a questão da terra. Além disso, eles vêm adotando posições fundamentais em relação à agroecologia, buscando cada vez mais preservar as práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis. Para uma das assentadas, para se produzir deve haver um equilíbrio entre todos os seres vivos e o meio, isto é, entre nutrientes, solo, planta, água e animais. O resultado será a produção de alimentos livres de agrotóxicos e um modo de cultivo com pequeno impacto ambiental e economicamente viável, representando um ganho muito grande para a natureza e para os trabalhadores.

A produção do assentamento é escoada para feiras da região, para o restaurante popular em Belo Horizonte e Betim, para os Colégios Balão Vermelho e Marista, em Belo Horizonte. Mas o acesso aos pontos de vendas não são para todos do assentamento, segundo alguns assentados, há uma divisão dos canais de escoamento e, quando os responsáveis pelos canais de escoamento não conseguem completar a produção, compram-na com outros assentados.

(..) na escola Balão, antes todo mundo entregava e colocava um pouquinho e era uma renda fixa. Agora ficou na mão de duas pessoas só. Duas pessoas que não tem filho e não tem nada. Muitas coisas acontecem em nome do assentamento e beneficia um ou dois. Quando chega visita e ninguém fica sabendo quem é. Quem mais apoiou aqui no assentamento foi as mulheres. (entrevista 2)

(...) agora ficou assim, quando eles não têm alguma coisa eles compram na mão da gente e compra como atravessador. Uma coisa que agente queria fugir era de atravessador e aqui tem atravessador.(entrevista 3)

(...) no início todos vendiam para todos os pontos, mas não havia cooperação, então mudou (...) falta trabalhar o lado associativo das pessoas.(entrevista 11)

Em relação à atuação das mulheres do assentamento, elas se dedicam ao plantio, mas também a produção de doces, bolos e biscoitos como alternativa de geração de renda. A produção é caseira, ou seja, não existe maquinário necessário para uma produção em maior quantidade. Como os demais produtos do Pastorinhas, toda produção é comercializada em feiras locais, em Belo Horizonte, Contagem e Betim. No entanto, pretende-se expandir a produção e melhorar a qualidade dos produtos.

O movimento para a libertação, nos últimos trinta anos, trouxe ganhos sociais, políticos e econômicos para as mulheres. Apesar desse progresso, a segregação sexual nos empregos e organizações permanece mundialmente, assim como a desigualdade entre os sexos. Ao se fazer uma comparação entre o crescimento da participação masculina e feminina no mundo do trabalho, no período posterior a década de 70, constata-se que a inserção feminina neste universo foi bastante significativa, mesmo que paradoxal. Ao mesmo tempo em que o trabalho ajuda no processo de emancipação da mulher, ele explora a mulher trabalhadora, pois a presença feminina no mundo do trabalho ocorre mais no espaço dos empregos precários, subempregos, empregos temporários, em que essa exploração é mais exacerbada.

A feminização do mundo trabalho é positiva ao permitir o avanço do processo de emancipação feminina, minimizando a dominação patriarcal no espaço doméstico, mas é marcada por forte negatividade, pois vem agravando a precarização da mulher trabalhadora (NOGUEIRA, 2004). No ambiente rural essa relação não é diferente, as mulheres que formam parte do processo de luta pela terra se inserem numa sociabilidade tipicamente machista, enfrentando uma dinâmica de opressão e discriminação por parte de seus companheiros homens.

Percebe-se, pela fala de alguns assentados do Pastorinhas, que o fato das mulheres possuírem um papel de liderança no assentamento, tendo acesso a vida pública e política, está ligado ao fato de que, no começo da ocupação, os homens precisavam trabalhar fora do assentamento para manter a família. Diante disso, as mulheres tinham que tomar as decisões importantes no assentamento e participarem das reuniões externas referentes à posse da terra.

No Pastorinhas, ainda que as mulheres não sofram discriminação em relação aos homens, em função da própria história do assentamentos, elas continuam tendo uma jornada dupla de trabalho, trabalham em casa cuidando dos filhos e das atividades domésticas; e na lavoura, ajudando os maridos. Diz uma das assentadas:

A minha rotina é meio complicada e cansativa também. De manhã vou lá para a horta. Chego em casa tem que levar vasilhas, arrumar em casa. Tem dia que fico lá o dia inteiro e só venho em casa para almoçar e volto para horta. (entrevista 3)

A opressão de gênero dificulta e impossibilita a plena participação das mulheres na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Pode-se dizer que a mulher é tão explorada quanto seus companheiros de luta, no entanto de forma desigual, pois tem que vender sua força de trabalho em condições inferiores às dos homens. A infravalorização da sua participação nas atividades produtivas implica remuneração inferior para as mesmas atividades (GARCIA; THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Ao mesmo tempo em que há essa opressão de gênero em relação às mulheres trabalhadoras do campo, a participação em movimentos sociais pode incentivar essas mulheres a romperem com a severa divisão de papéis, ou seja, com seu lugar já predeterminado na família, no trabalho e no campo político. Para Sales (2007), os movimentos sociais, vistos como um espaço inovador das relações de poder possibilitam a criação e a recriação de novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. Mas, esses movimentos não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero, sendo a participação política um aprendizado coletivo que se redefine interior dos próprios movimentos.

Para Sales (2007), a partir do envolvimento das mulheres em movimentos sociais, como o movimento de luta pela terra, elas se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reação à submissão, reconhecendo que podem formar um grupo de produção e gerar renda. Quando experimentam uma atividade produtiva, as mulheres não são as mesmas, se sentem menos aprisionadas, tornando-se mais abertas às multiplicidades do mundo. Para Garcia e Thomaz Junior (2002), o envolvimento na Luta pela Terra contribui para a formação de comportamentos mais participativos entre as mulheres assentadas, o que permite diferenciar aquelas que passaram pela experiência do acampamento, daquelas que não.

Relações de gênero nas dinâmicas associativas solidárias

Para Salvaro (2003, p. 323) “(...) as relações sociais nos assentamentos são perpassadas por contradições e limitações que lançam questionamentos acerca do modo coletivista e igualitário de sua concepção”. Ou seja, mesmo que haja a proposta de coletivização da terra e dos meios de produção em assentamentos rurais, a mulher, muitas vezes, continua tendo dupla jornada de trabalho, agregando às tarefas extra domésticas as tarefas domésticas, mostrando que a divisão sexual do trabalho na família em assentamentos rurais não sofreu modificações significativas. No Assentamento Pastorinhas essa situação não é diferente, pois apesar das mulheres terem papel de liderança, participando das atividades externas do assentamento, elas continuam tendo jornada dupla de trabalho

São aspectos em comum entre os assentados de um assentamento rural as dificuldades relacionadas ao modo de vida e a luta pela terra. No entanto, essas dificuldades propiciam a criação de uma identidade coletiva, assim como de laços de solidariedade entre os assentados. A mulher, neste contexto, tem um papel de “sujeito de resistência” e “companheira de luta” dos homens. Mas, mesmo assumindo esse papel, a divisão sexual do trabalho é clara nos assentamentos. As mulheres, devido à rotina do trabalho doméstico, ficam impossibilitadas de participarem das atividades externas ao assentamento. Para Garcia e Thomaz Júnior (2002, p. 6):

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, à consumação do acesso a posse da terra. Neles, as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Todavia, a configuração espacial dos assentamentos divididos em lotes significa, para muitas assentadas, o seu isolamento social. Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada, os espaços de sociabilidade são muito reduzidos.

O trabalho produtivo da mulher no assentamento não é reconhecido como componente integrante da produção e sim como uma ajuda ao trabalhador principal, que é o homem. Além disso, o trabalho reprodutivo não é considerado trabalho e o trabalho doméstico é considerado responsabilidade da mulher (GARCIA; THOMAZ JÚNIOR, 2002). Ou seja, o fato desses tipos de trabalhos serem considerados improdutivos do ponto de vista econômico, desconsidera o tempo e energia que as mulheres assentadas dedicam ao cuidado às tarefas domésticas, sendo tarefas facilmente desvalorizadas pela sociedade.

Uma forma de valorizar o trabalho feminino fora do espaço doméstico pode ser a partir do trabalho realizado na perspectiva dos empreendimentos solidários, pois este representa um passo à frente na emancipação feminina ao resgatar a dimensão da liberdade, re-significando

o trabalho e, conseqüentemente, a vida. As mulheres se sentem motivadas e possuem espaço para participarem do processo sócio-político da comunidade, por meio dessas experiências coletivas. A noção de emancipação neste contexto está vinculada a dimensão econômica, social e, principalmente, política da emancipação, ou seja, a possibilidade de grupos sociais excluídos construir com autonomia suas diversas formas de representação de interesses. É a possibilidade de representação política desses grupos, por meio de uma transformação social, marcada pela ruptura com a ordem existente.

O conceito de emancipação é definido por Cattani (2003) como "livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania". Para Gustin (2009), uma comunidade emancipada torna-se capaz de dialogar, influenciar, deliberar e intervir nas decisões do poder público e/ou da própria localidade, sendo capaz de atuar na solução de seus problemas a partir de relações de organização e de solidariedade, minimizando a reiteração das diversas formas de violência e de danos.

Entende-se que experiências coletivas possibilitam reconhecimento e visibilidade às mulheres, visto que o trabalho é realizado de forma coletiva e democrática, gerando renda por meio de empreendimentos como cooperativas e associações. Um dos princípios da Economia Solidária é a igualdade de direitos dos cooperados, independente do sexo, raça ou classe social. Assim, esta economia possibilita o rompimento com a divisão social do trabalho, buscando uma distribuição de renda mais justa entre homens e mulheres.

A expressividade das mulheres líderes no campo da EPS, assim como a sua representatividade em setores tidos como masculinos (des)constrói a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. A atuação das mulheres na Economia Solidária a partir das atividades geradoras de renda abre a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção, com as mesmas chances que os homens mediante a propriedade coletiva (CULTI, 2004). Há várias compreensões em torno da ideia de Economia Solidária, mas, mesmo assim, percebe-se que a ideia de solidariedade e coletividade em contraposição ao individualismo é comum a todas as abordagens. Para o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, toda experiência de Economia Solidária no Brasil mostra que a presença feminina é, geralmente, muito maior que a do homem, principalmente no meio urbano (SINGER, 2009).

No âmbito da Economia Solidária, o trabalho coletivo é uma forma alternativa para homens e mulheres excluídos do mercado formal de trabalho se unirem na busca pelo trabalho e renda. Ao mesmo tempo, é importante romper com a ideia de que as atividades na economia solidária estão muito próximas do trabalho comunitário, tido como território das mulheres. As atividades de trabalho são coletivas e solidárias, mas não assistencialistas, ao contrário, trata-se de atividades produtivas geradoras de renda, como cooperativas e outros empreendimentos coletivos autogeridos industriais e comerciais, com forte presença das mulheres, entretanto, não só de mulheres (CULTI, 2004).

A partir do momento em que as mulheres iniciam as atividades em uma cooperativa/associação, pode ser que haja uma mudança de atitude, pois durante o processo de formação do empreendimento, alguns princípios como participação, autogestão e autonomia são discutidos. Esses princípios abordam as relações humanas e organizacionais no trabalho, mas também podem ser aplicados à realidade existente no âmbito doméstico, visto que o conceito de participação e autonomia não se restringe apenas ao âmbito do trabalho. As mulheres, ao participarem das reuniões, podem vir a adotar uma postura crítica, colocando

suas opiniões. A autonomia e a participação sugerem a adoção de uma nova postura frente ao mundo, dando credibilidade aos potenciais pessoais, à coletividade e à importância da participação no trabalho coletivo.

Para Sen (2000), a condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social, sendo que sua determinação e suas conseqüências relacionam-se a muitas características centrais do processo de desenvolvimento. Qual seja: na economia política do desenvolvimento é de extrema importância o reconhecimento da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres.

Diante disso, entende-se que a Economia Solidária pode ser um dos caminhos para o processo de emancipação da mulher, pois é uma possibilidade alternativa de sustentação das pessoas na sociedade não focada nas esferas do Estado e do mercado, o que permite maior autonomia e igualdade de gênero.

Considerações Finais

Ao trazer a proposta de emancipação para o Assentamento Pastorinhas, percebe-se que ela acontece parcialmente nas esferas social, política, cultural e econômica da comunidade do assentamento. Embora este seja um assentamento organizado, as mulheres ainda continuam tendo jornada dupla de trabalho, os homens continuam não tendo vinculação ao serviço doméstico e os assentados, sejam eles homens ou mulheres, ainda têm dificuldades em lidar com a presença dos atravessadores dentro da própria comunidade. Assim, mesmo que a comunidade produza e se sustente a partir do trabalho, seja ele coletivo ou não, que a opção por uma não vinculação ao MST seja sinônimo de autonomia para a comunidade e que o acesso à vida pública seja uma conquista das mulheres do assentamento, o processo de emancipação entendido como a capacidade de constante reavaliação das estruturas, precisa ser repensado.

Compreende-se que são muitos os obstáculos para a emancipação feminina, de forma que se rompa com as barreiras sociais, econômicas e políticas impostas, impossibilitando a conquista de espaços, até então, ocupados pelos homens. Mas, entende-se que os empreendimentos de caráter solidário podem proporcionar uma melhora na qualidade de vida das mulheres, contribuindo com o processo de emancipação em seus vários níveis de abrangência (social, cultural e econômico). No Assentamento Rural Pastorinhas, em função da sua própria história, as mulheres são vistas como líderes. Mas, mesmo com o acesso a vida pública, as mulheres ainda continuam reféns da vida privada.

A produção no assentamento é realizada na perspectiva da Economia Solidária, produtos sem agrotóxicos, plantados com consciência ecológica, segundo os assentados. Mas, o trabalho, que deveria ser coletivo, muitas vezes torna-se individualizado, como demonstra alguns os assentados em suas falas. Diante disso, entende-se que essa “outra economia” poderá, por meio de iniciativas econômicas solidárias e de um trabalho de educação associativista, atuar positivamente nos processos de emancipação do indivíduo, permitindo a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essas pessoas na sociedade, além de abrir espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias e menos individualizadas. Embora os empreendimentos proporcionem uma melhora na qualidade de vida das comunidades envolvidas, sabe-se que os negócios gerados nessa economia alternativa esbarram em dificuldades, cuja origem, muitas vezes, está na falta de organização das

comunidades, na gestão dos negócios e em dificuldades técnicas encontradas no processo produtivo.

Trabalhar de forma coletiva ainda é um desafio para muitas comunidades e grupos de produção. No Assentamento Pastorinhas não é diferente, o trabalho ainda é individualizado para alguns assentados. Em contrapartida, a comunidade do assentamento é organizada, o que pode ser um facilitador do processo de conscientização da importância do trabalho solidário.

Uma comunidade liderada por grandes mulheres e que conseguiu desconstruir a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina, tem toda capacidade de romper com os limites do individualismo, buscando na solidariedade e no trabalho coletivo uma forma qualidade de vida.

Espera-se que a partir do presente estudo de caso possam ser realizadas novas investigações, tanto no assentamento pesquisado, quanto em outras realidades semelhantes, rurais e urbanas, nas quais se constroi a intrincada trama de mulheres e homens que buscam formas renovadas de construção do econômico, do social e do político no mundo contemporâneo. É a partir desses estudos que podem avançar não só os debates, que parecem ainda tímidos e relativamente escassos sobre a emancipação feminina nos processos de Economia Solidária, bem como podem ser reposicionadas as propostas e ações de atores não-governamentais e do Estado que buscam transformar essa realidade.

Referências

BERNADI, C.; ANGELIN, R. Mulheres na economia popular solidária: desafios para a emancipação feminina e igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, Santa Rosa, n. 70, volume, páginas, mar. 2007.

BRITO, M. C. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 291-298, 1 sem. 2001.

CATTANI, A. D. Emancipação social. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CULTI, M. **Mulheres na economia solidária**: desafios sociais e políticos. In: CONGRESO EUROPEO CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, IV, 2004. **Anais...** Bratislava: CEISAL, 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf>> Acesso em: 15 maio 2009.

DALLARI, D. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Saraiva, 1991.

GARCIA, M. F.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona. v. VI, n. 119, ago. 2002.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1979 apud TEODÓSIO, A. S. S. Estudo de caso: um resgate do conceito e de suas potencialidades. **Vertente**, Contagem, v. 2, n. 4, p. 31-38, jul./dez 2000.

GUSTIN, M. B. S. **Das necessidades humanas aos direitos**: ensaio de Sociologia e Filosofia do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

KUTKOWSKI, J.; LIANZA, S. **Sustentabilidade de empreendimentos solidários**: que papel espera-se da tecnologia? Rio de Janeiro: Fundação Cultural Banco do Brasil, 2004.

LÉVESQUE, B. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 49-60, abr./jun. 2007.

LAVILLE, J. Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia. **Revista Katalysis**. Florianópolis, v. 11, n. 1., p. 20-42, jan. /jun. 2008.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NOBRE, M. **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização do mundo do trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NUNES, F.; RETO, L.; CARNEIRO, M. **O terceiro sector em Portugal**: delimitação, caracterização e potencialidades. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (Incoop), 2001.

NÚÑEZ, O. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. 2. ed. Managua: CIPERS, 1996.

PINTO, D. Economia solidária como alternativa de desenvolvimento regional. **T&C Amazônia**, Manaus, ano V, n. 10, p. 60-67, fev. 2007.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

ROLDÃO, L. B. **Cooperativismo e economia popular solidária**. 2004. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2004.

SALES, C. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, páginas, maio/ago. 2007.

SALVARO, V. Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, páginas, jan./abr. 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. A importância da mulher na Economia Solidária. **Revista do ICM**, Cidade, ano V. n. 18, volume, páginas, fev./mar. 2009.

SOUZA, L. **Características socioeconômicas das artesãs da associação dos artesãos de Maringá**. 2003. 37 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Econômico) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

TEODÓSIO, A. S. S. Estudo de caso: um resgate do conceito e de suas potencialidades. **Vertente**, Contagem, v. 2, n. 4, p. 31-38, jul./dez 2000.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABEPRO, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Fernanda de Lazari Cardoso Mundim

Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA (2010). Coordenadora Administrativa do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito, Av. João Pinheiro, 100, 6º andar, Centro, Belo Horizonte – MG. CEP: 30130-180. E-mail: fernandadelazari@yahoo.com.br.

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2008). Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Administração, Rua Itaú, 525, Prédio Redentoristas, Dom Cabral, Belo Horizonte – MG. CEP: 30535-012. E-mail: teodosio@pobox.com.